

Migrações com desemprego: injustiça social na configuração socioespacial urbana

Aldo Paviani

Resumo

Trabalho, desemprego e migrações estão interligados em teoria e na vida real, independentemente do meio geográfico em que acontecem. Para abarcar toda a complexidade dessas temáticas, têm precedência enfoques inter e multidisciplinares. Revestem-se de interesse especial para urbanistas, geógrafos, sociólogos, arquitetos, juristas, etc. Mobilidade espacial e desemprego ocasionam impactos sobre o espaço, no meio rural ou urbano. Será importante avaliar o tributo que a sociedade paga pelo desemprego, que gera migrações sem inserção no mercado de trabalho. Em adendo, isso pode ser traduzido por desperdício de mão-de-obra e força de trabalho humano, que afeta principalmente os países subdesenvolvidos devido ao fato de os respectivos mercados de trabalho não estarem convenientemente organizados. A abordagem empírica será realizada com o caso de Brasília, DF.

Palavras-chave: migrações; desemprego; desperdício de mão-de-obra; políticas urbanas; Brasília.

Abstract

Labor, unemployment and migration are linked in theory and in reality, regardless of their geographic environment. A multidisciplinary approach is required to advance our understanding of these topics. In fact, urbanists, geographers, sociologists, architects, etc., are most interested in these processes. Both rural and urban environments suffer the impact of population mobility and unemployment. Thus, unemployment and migration become a burden to society, mainly because of lack of urban policies. In addition, this may translate into a waste of brainpower and human energy, affecting mostly undeveloped countries, due to the fact that their labor markets are not well organized. We will exemplify this taking Brasilia, the capital city of Brazil, as a case study.

Keywords: migration; unemployment, multidisciplinary approach, waste of labor and brains, urban policy, Brasilia.

Introdução

Trabalho/desemprego e migrações estão interligados, independentemente do meio geográfico em que ocorrem, seja rural ou urbano. Ademais,

Em maior ou menor grau, a migração em países subdesenvolvidos está associada à pobreza. Em razão dos contingentes empobrecidos, alguns urbanólogos preocupam-se com aquelas correntes migratórias que se instalam nas metrópoles, fazendo inchar suas periferias. (Paviani, 1993, p. 1)

Com essas premissas, indica-se que, para abarcar toda a complexidade dessas temáticas, têm precedência enfoques inter, multi e transdisciplinares, ante as abordagens tradicionais. Assim, revestem-se de grande interesse para geógrafos, demógrafos, sociólogos, economistas, juristas, etc. em razão dos impactos que migrações e desemprego acarretam no ambiente em que mobilidade espacial e falta de trabalho acontecem.

Em certas circunstâncias, migrações e desemprego acarretam prejuízos para desempregados e migrantes. Nas idas e vindas por empregos ou por novos lugares de residência, ocorrem desperdícios de mão-de-obra e danos para economia pela carga a ser suportada pelos desocupados em disponibilidade e por instituições de seguridade social. Por isso, desperdícios e encargos sociais representam um peso para a sociedade. Além disso, há que considerar que ambos os processos, o migratório dos desfavorecidos e o desemprego estrutural, acabam por ter vínculos estreitos com

a configuração injusta do espaço urbano no Brasil e, em especial, em Brasília (ibid., 1991).

Desse modo, a abordagem geográfica pode vislumbrar de que forma ambientes fortemente hostis ao homem tornam-se propícios às migrações em todos os quadrantes do planeta. Migrações ocorrem por motivos de guerras mundiais ou regionais, pela ocorrência de epidemias, por perseguições políticas e étnico-religiosas, surgimento de avassaladores fenômenos climáticos ou geológicos, que sempre ocasionam períodos de fome e desespero, como demarcam registros da história dos povos. Devemos também considerar que crises econômicas ocasionam impactos de diversas naturezas na indústria e no comércio, acarretando desemprego nas cidades e êxodo de trabalhadores do ambiente rural. Há migrações originadas pelas aspirações de indivíduos ou de grupos de pessoas sem que haja fato adverso. Essas migrações são detectadas com pesquisas de campo específicas, sobretudo em municípios que perdem população por “problemas fundiários, redução da oferta de empregos e deficiência na prestação de serviços públicos”, conforme analisa Bremaeker (1992, p. 218).¹ Claro está que certas migrações não são afetadas por problemas. Podem até ser soluções para o lugar de origem e para o lugar de destino. Na origem, alivia-se a carga dos “sem emprego” e, no destino, a chegada de mão-de-obra pode ser bem-vinda ou mesmo beneficiar o migrante no acesso a melhor equipamento urbano e condições de vida em comparação à origem.

Nesse trabalho, abordaremos a evolução urbana, enfocando especialmente as questões ligadas ao processo de urbanização,

com ênfase no povoamento, migrações para o DF e emprego/desemprego nos anos recentes, que motivaram (e motivam) profundas mudanças na configuração socioespacial da capital. Dedicaremos um tópico à Geografia urbana do DF e sua área metropolitana, que inclui municípios goianos. Em conjunto, formam o que recebe também a denominação aglomerado urbano de Brasília, como demarcou Steinberger (1999), ou Entorno, como, equivocadamente, referem algumas instituições públicas e popularizadas pela imprensa.²

Processo migratório

Em seus 47 anos de existência, Brasília é cidade-de-palco de um intenso movimento de ir e vir de pessoas. Desde seus primórdios, com as primeiras operações construtivas, a capital abrigou trabalhadores de todas as categorias e é possível demarcar as fases pelas quais a cidade passou e continua passando naquilo que se constituiu no grande desafio de erguer uma cidade “com o esforço da Nação”, como imaginaram seus fundadores. Mas os ufanistas sempre deram ênfase ao sentido épico da construção urbana, enquanto que os críticos observaram as brechas entre o pretendido pelos seus fundadores e o realizado a partir do que diferentes conjunturas sociopolíticas permitiram efetivar na capital federal.

Por isso, como no passado, o presente registra desafiadoras circunstâncias de desemprego e processos que ocasionam correntes migratórias como ajustes socioespaciais para fazer frente às crises econômicas ou políticas

do país. Seria ingênuo pensar que migrações inter-regionais ou internacionais ocorreram por estrito desejo e vontade dos migrantes. Com isso, não se desconsideram os estímulos e as aspirações de muitos que encetaram mobilidade de um país para outro, de uma região para outra e mesmo do meio rural para as cidades. Devem-se considerar igualmente as correntes migratórias ligadas às oportunidades de trabalho em regiões distantes da origem do migrante. O homem em movimento migratório é atraído por promessas e também porque possui aspirações diversas, de trabalho e outras, ligadas aos familiares, como escolas para os filhos ou atendimento médico hospitalar, que nem sempre foram (ou são) encontradas em seu lugar de origem. Ao final dos anos 1950, a intensa propaganda sobre a transferência da capital para o Centro-Oeste, ensejou importantes correntes migratórias.

Ao tempo da construção de Brasília, registraram-se enormes períodos de seca na região Nordeste, resultando em correntes migratórias para a Amazônia, no fim do século XIX e para o Sudeste e Centro-Oeste, em meado do século XX. Desnecessário aprofundar análises sobre os períodos de fome e desemprego que afetaram a vida dos nordestinos e ocasionaram a emigração de milhares de retirantes para outras regiões em busca de trabalho e condições de vida. Segundo Ferreira e Paviani (1973), baseados em diversos autores:

[...] a migração interna no Brasil reage altamente às diferenças salariais; a urbanização em si não seria elemento de atração do migrante mais sim as maiores oportunidades de trabalho e melhores salários que o meio urbano oferece.

No que toca às correntes que se dirigiram a Brasília, a propaganda oficial sobre oportunidades crescentes, descritas como verdadeiro “eldorado”, facilitaram o recrutamento de mão-de-obra, por vezes ociosa, em outras regiões.

Na Amazônia, os nordestinos engajaram-se na extração do látex para o fabrico da borracha. Também constituíram contingentes importantes de mão-de-obra para a construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré, de triste memória pela ocorrência de milhares de mortes por epidemias e maus-tratos infringidos aos trabalhadores. As migrações nordestinas favoreceram o *boom* de crescimento das grandes metrópoles do Rio e de São Paulo, seja na produção industrial, seja na construção civil. Portanto, no século XX, o Nordeste brasileiro foi avassalado por períodos de expulsão populacional.

Nos anos 1950 e 1960, o esgotamento de terras no Sul proporcionou frentes pioneiras das “terras velhas” para o norte do Rio Grande do Sul, para o oeste de Santa Catarina e do Paraná, adentrando o Mato Grosso e abrindo colônias em Rondônia e Acre. Essa migração ensejou a criação de novas cidades no Sul e no Centro-Oeste e materializou de forma palpável a “Marcha para o Oeste”, impulsionadas anos antes no governo democrático de Vargas – 1951-1954.

Nos anos 1960, as migrações regionais foram estimuladas também pela construção de Brasília. Ficaram na história da capital federal os “paus-de-arara” nos quais nordestinos viajaram por dias a fio em busca do “eldorado” representado pela facilidade de emprego na cidade em construção. Paviani

(1976, p. 58) constatou que, nos primeiros anos de construção da capital,

[...] são as correntes migratórias nacionais que contribuem fortemente para o crescimento demográfico. O recenseamento de 1959 registrou a presença de 55.737 migrantes nacionais, contra apenas 1.216 estrangeiros, 4.761 nascidos no Distrito Federal e 2.600 residentes em localidades preexistentes, Planaltina e Braslândia.

Queiram ou não alguns analistas, Brasília foi um marco na inflexão para o oeste da fronteira populacional e agrícola. Está para ser analisada a influência da Marcha para o Oeste na determinação mudancista de Juscelino Kubitschek de Oliveira (JK).

Outro aspecto pouco abordado ligase à geopolítica de meados dos anos 60, quando, após a tomada do poder federal pelos militares, houve clara política de esvaziamento dos campos em razão da pressão do campesinato pela reforma agrária. Assim, de um lado, foi estimulada a mecanização da lavoura e o alargamento da fronteira agrícola; de outro, políticas habitacionais ampliaram os limites das grandes metrópoles com conjuntos habitacionais financiados pelo Banco Nacional da Habitação (BNH).³ Com a mecanização das lides rurais, o trabalhador foi dispensado das lides agrícolas, migrando para as grandes cidades, seja diretamente da origem, seja por etapas migratórias, como foi constatado em trabalho pioneiro realizado por geógrafos da UnB (Ferreira e Paviani, 1973).⁴

Ao chegarem às metrópoles, muitos migrantes nem sempre necessitavam instalar-se

em favelas, pois, tendo um posto de trabalho, poderiam candidatar-se a uma casa nos conjuntos habitacionais para obter financiamento do BNH. Todavia, nas últimas duas décadas, a grande maioria dos migrantes pobres ocupou os piores espaços das grandes cidades, constituindo favelas que nem sempre resistem às enchentes, aos deslizamentos e à força bruta policial com autorização judicial para a desocupação de terrenos públicos ou privados. Portanto, a grande massa migratória é confundida com o estrato pobre da população. Pode-se afirmar que há uma lacuna na literatura sobre migrações, pois pesquisas específicas sobre mobilidade espacial da população não têm sido frequentes para os estratos mais aquinhoados da população. A classe média, por exemplo, migra para as metrópoles à procura de serviços educacionais, de saúde e de trabalho e outros. Como essa migração raramente é estudada no âmbito de instituições públicas, cabe ao pesquisador investir em levantamentos apropriados, geralmente de alto custo. A migração tem apresentado circunstâncias em que o migrante é expulso de seu chão, rural ou urbano. Todavia, na visão do migrante, sua mobilidade se deve a seu "desejo de melhorar de vida", o que seria verdadeiro, em parte.

Outra questão, para a qual nos chama a atenção Milton Santos (1996, pp. 262 e 263), refere-se à desterritorialização do migrante, sobretudo dos despossuídos, que não se inserem plenamente no novo meio urbano, sentindo-se excluídos:

Desterritorialização é, frequentemente, uma outra palavra para significar estranhamento, que é, também, descultu-

rização. Vir para a cidade grande e, certamente, deixar para trás uma cultura herdada para se encontrar com uma outra. Quando o homem se defronta com um espaço que não ajudou a criar, cuja história desconhece, cuja memória lhe é estranha, esse lugar é a sede de uma vigorosa alienação.

No que toca ao desemprego, independentemente de estrato social, há dados disponíveis para estudos de séries históricas, sobretudo nas metrópoles mais importantes do Brasil.⁵ Por isso, tentaremos demonstrar que emprego/desemprego e migrações podem ser abordados naquilo que interessa à moldagem social do espaço urbano, embora se tenha consciência da dificuldade em fazer uma ponte entre ambos os processos. No âmbito metropolitano, o processo de urbanização das últimas décadas torna evidente que o crescimento das grandes cidades esteve acompanhado de correntes migratórias, ao mesmo tempo em que não se geravam postos de trabalho suficientes, ocasionando o que hoje se conhece como desemprego estrutural, gerador de "lacunas de trabalho" (Paviani, 1991). Essas lacunas acontecem quando empresas e governos eliminam atividades e, com elas, os correspondentes postos de trabalho. Lacunas de trabalho também surgem quando não são criadas atividades novas, não surgindo novas vagas nas indústrias, no comércio ou no setor público.⁶ Em outras palavras, as metrópoles incharam, mas nelas, não se criaram atividades econômicas capazes de abrigar a mão-de-obra de reserva. Ademais, a grande massa de migrantes não se habilita às novas formas de produção, que exigem

mão-de-obra qualificada e experiente, por vezes demandando conhecimento de língua estrangeira, especialmente inglês. Cada vez mais atividades se desenvolvem sob o domínio do que Milton Santos denominou “período técnico-científico informacional”, no qual ciência e técnica se põem a serviço da produção, quando indústrias e serviços são capital-intensivos, poupadores do braço humano. Nesse sentido, Milton Santos explicitou:

Esse período coincide com o desenvolvimento da ciência das técnicas, isto é, da tecnologia, e, desse modo, com a possibilidade de aplicar a ciência ao processo produtivo. É nesse período, também, que toda a natureza se torna possível de utilização direta ou indireta, ativa ou passiva, econômica ou apenas política. Esse período também se caracteriza pela expansão e predominância do trabalho intelectual e de uma circulação do capital à escala mundial [...] Há uma concentração maior da economia, com a presença de firmas de grande dimensão, levando a produção a depender cada vez mais de capitais fixos de grandes dimensões e, também, a uma dependência agravada do trabalho em relação ao capital, ao mesmo tempo em que a ciência, isto é, o conhecimento, se torna uma força produtiva direta. (1985, pp. 37 e 38)

Uma das grandes conquistas da “ciência aplicada ao processo produtivo” iniciou com a automação de comando numérico, sobretudo na indústria pesada, como a siderúrgica e da produção de veículos. Nos avanços da ciência e da informática, surge a “invasão dos

colarinhos-de-aço”, os robôs, a que se refere Benjamin Coriat (1989, pp. 13 e 20):

A presença do robô, que agora cada um sente ser irreversível, não faz desaparecer a fascinação que ele exerce. [...] Por enquanto, quer se reconheça explicitamente ou não, sua introdução na indústria não faz mais do que acelerar a supressão de postos de trabalho e de empregos. O robô, há muito esperado, ainda cria problemas. E mais, não há apenas os empregos destruídos. Há também os empregos modificados.

Desejamos avaliar as questões esboçadas acima, a respeito do desemprego e das migrações. Para tal, escolhemos a capital federal como estudo de caso. Seu passado migratório foi e é importante no cenário nacional. Todavia, Brasília possui mais de 200 mil pessoas desempregadas e apresenta um perfil de empregos estático há alguns anos. Assim, pensa-se que, justamente pela falta de oportunidades, a cidade será menos atrativa para as correntes migratórias no futuro.

Geografia urbana do DF e de sua área metropolitana: evolução e estrutura⁷

Historicamente, Brasília representou, como referido, o lugar de destino de milhares de migrantes ao longo do tempo. Aparentemente surgida do nada,⁸ a cidade atraiu milhares de trabalhadores a partir de 1957, com a abertura de canteiros de obras para materializar o plano piloto do urbanista Lúcio Costa.

Inicialmente, um grupo precursor construiu o Catetinho,⁹ o primeiro lugar de residência do presidente JK e lugar de apoio para o comando das obras no Plano Piloto. Segundo Paviani,

A primeira fase ficou caracterizada pelo início das obras e conseqüente afluxo de trabalhadores para o Distrito Federal. Os pioneiros, cerca de 500, possibilitaram, em fins de 1956, a instalação dos primeiros serviços, como o Hospital do IAPI, o Departamento Nacional de Endemias Rurais e o Restaurante do SAPS, e a criação do primeiro aglomerado (o Núcleo Bandeirante), logo denominado Cidade Livre. (1976, pp. 56 e 57)¹⁰

O Núcleo Bandeirante transformou-se no local para a expansão comercial e de serviços, sendo atrativo aos migrantes. Segundo relato de Adirson Vasconcelos (1988, p. 101), tendo sido

[...] imaginado e permitido para existir durante quatro anos, apenas o tempo suficiente para a construção de Brasília, o Núcleo Bandeirante permanece vivo até nossos dias, e é, sempre, a 19 de dezembro que festeja seu aniversário, reportando-se ao ano de 1956.

Depreende-se que, com as construções do Catetinho e Núcleo Bandeirante, iniciaram-se os trabalhos para erguer prédios da futura sede do poder federal. As iniciativas iniciais e a intensa propaganda em jornais e rádios atraíram fortes correntes imigratórias e deram início ao povoamento do Distrito

Federal (DF). Segundo pesquisa pioneira de José Pastore (1969, p. 44):

Antes de 1956, habitavam a área cerca de 6.000 pessoas, que ocupavam três velhas comunidades rurais: Planaltina, Formosa e Luziânia; a densidade populacional, na época, era de 0,6 hab.km². Com o início da construção da nova capital, a população subiu rapidamente a 64.000 pessoas, e a densidade demográfica a 11 hab.km². Na época da investigação (segundo semestre de 1966), Brasília contava com 300.000 habitantes e densidade de 46 hab.km².

Segundo alguns autores, o ambiente das obras afetou a saúde de muitos trabalhadores em razão das condições insalubres do trabalho, má alimentação e moradia precária, que geraram protestos, violência e mortes.¹¹ Mas a procura de trabalho superou as dificuldades, tanto que a população presente aumentou exponencialmente por muitos anos. O DF, em 1957, contando apenas com quatro localidades, soma 12.700 habitantes; em 1959, são encontradas pelo censo do IBGE 64.314 pessoas, distribuídas em oito localidades; e, ao ser inaugurado, em 1960, o Plano Piloto contava com 71.728 habitantes e o DF com 141.742, segundo o IBGE (Tabela 1). Esses quantitativos demonstram a intensa migração para a nova unidade da federação e também o desafio para dar moradia condigna e trabalho permanente para essa massa populacional.

À época, se as condições urbanas eram precárias, a procura de mão-de-obra era constante, não se verificando desemprego, ao menos até meados de 1960. As questões

de saúde pública também eram problemáticas e estavam aos cuidados de alguns poucos médicos para os quais se construiu o Hospital JK, próximo ao Núcleo Bandeirante. Esse hospital, pouco usado após a inauguração do Hospital de Base no Plano Piloto, deteriorou-se, sendo posteriormente reconstruído nos moldes originais – em madeira – para ser transformado em hospital-museu.

Ao lado da preocupação com a saúde dos operários, os administradores da construção elaboraram um plano educacional que, em 1959, já contava com 100 professoras primárias, distribuídas em 21 escolas públicas para atender 4.682 crianças (Silva, s/d, pp. 162/163); também houve atenção com os problemas sociais, do que resultou o plano de assistência social, que cuidou inclusive da transferência das favelas existentes ao redor do Núcleo Bandeirante para Taguatinga, em 1958, com o que se inaugurava a dispersão da população pobre para o círculo externo ao Plano Piloto. O plano médico-hospitalar mereceu atenção especial da Novacap que, em 1958, tratou de construir o Hospital Distrital. No ano seguinte, o plano médico-hospitalar passou a contar com 34 médicos, um dentista e corpo de enfermagem, segundo Silva (ibid. p. 190). Disso se infere que, ao lado do planejamento físico, urbanístico e arquitetônico, havia planos para as questões socioespaciais. Embora não se tenha relato da ocorrência de epidemias, as condições de trabalho pesado, com jornadas de 24 horas, fazem pensar em prejuízos físicos e mentais para os trabalhadores da construção civil. As dificuldades para os trabalhadores eram grandes, por exemplo, Silva (ibid., p. 143) relata

que no Natal de 1956, “eram poucos homens, talvez menos de 500, submetidos às maiores dificuldades: moravam em barracões provisórios ou em barracas de lona, fustigados pelo vento e violentas chuvas que assolavam a região naquela época”. Em vista da exigüidade de tempo e da necessidade de inaugurar a capital na data prevista, era imperioso construir hospitais e contratar médicos, justamente para atender à demanda da população. Ademais, há que se atribuir às condições adversas de trabalho e vida cotidiana a necessidade de organizar restaurantes populares, tal como o do SAPS, visando manter a alimentação dos trabalhadores em melhores condições que as das cantinas dos canteiros de obras. Nesses, as condições de salubridade e higiene eram muito baixas, ensejando problemas gastrointestinais nos trabalhadores, causando revoltas e fortes repressões e, segundo Ribeiro (1991, pp. 44 a 47), com mortes.¹² Além disso, as empreiteiras introduziram a chamada “virada”, com jornadas estendidas, de 24 horas, impondo estafante trabalho extra, sendo desconsiderados os direitos trabalhistas. Com isso, os operários adoeciam ou reduziam sua capacidade produtiva.

As Tabelas 1 e 2, se cotejadas, demonstram as modificações proporcionadas pelo crescimento da população e aumento correspondente de assentamentos urbanos. De sete localidades, todas com menos de 100 mil habitantes, em 1960, Brasília passou a contar com dezenove, em 2000, tendo oito mais de 100 mil habitantes e, dessas, duas com mais de 200 mil. A seguir, descreve-se como está constituída a cidade e seus núcleos esparsos. Não se trata de dicotomizar a cidade confron-

Tabela 1 – População recenseada nos primórdios de Brasília¹³

Localidade	1957(1)	1959(2)	1960(3)
Distrito Federal	12.700	64.314	141.742
Brasília	6.283	45.781	92.761
Plano Piloto	*	11.007	71.728
Núcleo Bandeirante	2.212	17.761	21.033
Acampamentos	3.416	11.250	*
Outros locais	655	5.783	*
Taguatinga	**	3.677	27.315
Brazlândia	*	355	734
Sobradinho	**	**	10.217
Planaltina	*	2.245	4.651
Gama	**	**	811

* Dado inexistente na fonte indicada

** Localidade inexistente no ano indicado

Fontes: (1) IBGE (1957); 2) IBGE (1959); (3) IBGE (1969).

Tabela 2 – População urbana entre 1970 e 2000

Localidade	1970	1980	1991	2000	2005
Brasília (Plano Piloto)	236.477	310.701	262.264	198.422	199.062
Guará	24.392	82.482	97.374	115.385	126.757
Núcleo Bandeirante	11.133	17.477	47.688	36.472	41.568
Gama	71.556	132.726	142.822	130.580	138.761
Taguatinga	106.320	192.999	228.202	243.575	259.123
Brazlândia	9.546	19.144	32.864	52.698	56.701
Sobradinho	38.988	62.980	68.227	128.789	165.007
Planaltina	18.484	39.964	68.292	147.114	185.873
Ceilândia	-	280.362	357.672	344.039	348.688
Cruzeiro	=	=	51.230	63.883	71.871
Paranoá	=	=	33.545	54.502	62.337
Lago Sul	=	=	=	28.137	27.700
Lago Norte	=	=	=	29.505	32.121
Recanto das Emas	-	-	-	93.287	118.132
Samambaia	-	-	125.709	164.319	174.583
São Sebastião	-	-	-	64.322	90.205
Santa Maria	-	-	-	98.679	108.767
Candangolândia	-	-	-	15.634	17.255
Riacho Fundo	-	-	-	41.404	52.747
Distrito Federal	516.896	1.138.835	1.515.889	2.051.146	2.277.259

Obs.: - Localidade inexistente no ano indicado

= População pertencente a outra região administrativa no ano indicado

Fontes: 1970 e 1980: Paviani, A. (1985), p. 62.

1991: _____ (1997, p. 55).

2000: IBGE (2000).

2005: GDF/SEDUH (2002).

tando centro e cidades-satélites. No caso de Brasília, o centro e as cidades-satélites, como se verá, compõem a capital em seu todo, tal como explicita criticamente Ferreira (1997):

Nesse contexto, desenvolveu-se a visão dicotomizada da cidade que

opõe centro e periferia, colocando as diferenças como patologias e as contradições como disfunções. E são essas idealizações que vêm presidindo os estudos, as análises, as propostas, as políticas e os modelos de desenvolvimento urbano nos últimos tempos.

A escala sub-regional que compõe Brasília é o Distrito Federal (DF) urbano, hoje um dos aglomerados de expressão nacional e os núcleos externos, situados em Goiás.¹⁴ A cidade de Brasília, assim definida para o entendimento de sua geografia, tem evolução vinculada às ligações funcionais intensas que refizeram sua estrutura. Com isso, a cidade esmaeceu, o que havia sido imaginado pelos fundadores da nova capital, sendo demarcadas as etapas da organização urbana e os períodos nos quais a urbanização se efetivou. Geralmente, adotam-se três ou quatro períodos. Ferreira e Steinberger (2005, p. 77) analisaram a história do aglomerado urbano de Brasília em três períodos. Em resumo, são:

- 1956 a 1973, marcado pela conquista do território;
- 1974 a 1987, quando ocorreram algumas tentativas de promover o ordenamento da conquista no âmbito do território do DF;
- 1988 até o presente, com a consolidação do aglomerado.

Além do quadro urbano, há no DF espaços agrários somando com Brasília a totalidade do território, de 5.801,9 km². Esses espaços agrários, paulatinamente açambarcados para fins urbanos por loteamentos clandestinos ou irregulares¹⁵ devem ser considerados em eventuais projetos ou programas de expansão urbana.

No processo de urbanização, Brasília acabou se transformando no conjunto atual de núcleos disseminados no território, ou uma constelação urbana induzida pelo que se considerou “planejamento urbano”. Nesse território polinucleado, não se percebe a

mesma perspectiva futura para as cidades-satélites, por vezes denominadas abreviadamente “periferia”,¹⁶ em relação ao Plano Piloto e adjacências. As cidades-satélites, com menor status, foram recebendo população excedente, como descrito acima. Esse conjunto foi ocupado pelos assalariados: funcionários de baixo escalão dos governos federal e distrital, habitantes de favelas “erradicadas”, enfim, os desvalidos. No centro, esmero nas soluções urbanístico-arquitetônicas; nos núcleos esparsos, carências múltiplas, descompromisso e demora no atendimento de demandas básicas. Por isso, DF pode ser considerado um espaço da exclusão social,¹⁷ propício a todas as formas de segregação socioespacial e violência. A respeito da literatura sobre exclusão Pinheiro do Nascimento avaliou que “a dimensão mais central nos estudos em torno da exclusão é ainda econômica, e, mais precisamente, a do mercado de trabalho” (1997, p. 74). Todavia, há que considerar que a cidade foi tida como planejada e, no contexto de sua concepção, vigoravam as idéias debatidas nos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM) e formuladas na Carta de Atenas.¹⁸ Isto é, a arquitetura modernista e a lógica do planejamento deveriam materializar-se na nova capital. Conforme análise de Ferreira e Penna (1996, p. 194):

No caso de Brasília, o urbanismo fordista manifesta-se pela necessidade de criar uma nova capital para abrigar um Estado forte e burocrático com suas implicações na regulação fordista. Os processos gerais manifestaram-se pela via do planejamento urbano com toda sua rigidez.

Em pormenor, o centro da cidade, sede dos governos distrital e federal, e seus anexos, Lago Sul, Lago Norte, Setor Octogonal e Setor Sudoeste têm a marca de espaços privilegiados por abrigar a classe dirigente, setores abastados do comércio, indústria, serviços e setores bem postos do funcionalismo de ambas as esferas governamentais e de empresas. Trata-se de territórios elitizados e, por isso, dotados de infra-estrutura completa e qualidade ambiental; sua população demanda policiamento ostensivo em razão do incremento da violência, assaltos a residências, seqüestros-relâmpago e crescentes agressões entre jovens. O fato de o Plano Piloto ser tombado como patrimônio da humanidade não o isenta de ser palco de violências de diversos tipos como as listadas. Aqui e ali, pressionam-se por melhorias nas vias públicas, como pontes e viadutos, alguns já construídos. Os equipamentos deram ao Plano Piloto de Brasília a qualidade de vida urbana de primeiro mundo. No entanto, observam-se aqui problemas urbanos graves, sobretudo no trânsito. Por exemplo, a ponte JK, palco de freqüentes acidentes de trânsito, passou a ser o cartão postal e logotipo de diversos órgãos e empresas: a Brasília do século XXI.

Nas demais localidades, outrora denominadas “cidades-satélites”, a perspectiva é menos promissora, pois, apesar de terem se constituído a partir de projetos urbanísticos, longe estão de incorporar o “planejamento urbano” do Plano Piloto; tanto que pesquisas entre seus moradores revelaram de maneira clara um sentimento de segregação. Sentem-se excluídos da cidade de Brasília por apre-

sentarem carências múltiplas em termos de qualidade de vida: possibilidades de emprego nas localidades de residência, infra-estruturas como esgotamento pluvial, asfalto e iluminação pública, equipamento de lazer, hospitais e escolas locais com recursos humanos e tecnológicos, segurança pública para o combate à violência constante e ao tráfico de drogas, transporte público eficiente, etc. Cada vez mais são freqüentes e ocupam maior espaço na mídia os homicídios, latrocínios, assaltos à mão-armada, seqüestros-relâmpago e violências de todo o tipo em todos os quadrantes do DF. Pela questão da falta de segurança e locais de trabalho, a percepção de exclusão é observada até mesmo nas cidades-satélites dotadas de melhorias públicas como ruas asfaltadas e de transporte por metrô.

Por mais que se queira ver, no futuro, uma cidade igualitária, una e formada pelo centro e pelos demais assentamentos, não se pode ignorar a apartação/exclusão e a fragmentação socioespacial do aglomerado urbano em seu conjunto. E mais: a perspectiva é de que o quadro vá se agravar à medida que as terras para loteamentos oficiais se esgotarem e não surgirem programas de habitação popular de longo prazo. Igualmente, a elaboração de plano diretor para a educação será importante para abrigar crianças e jovens que, de outra forma, perambulam pelas ruas, sendo presa fácil das drogas e dos traficantes, ao menos é o que se depreende de depoimentos de pessoas ligadas ao Centro de Atendimento Juvenil Especializado (Caje), veiculadas pela imprensa de meado de 2006 aos primeiros dois meses de 2007.

Evolução do desemprego

Inexistem dados estatísticos sobre o desemprego nos primórdios de Brasília, mas deduz-se que houve dispensa de operários ao serem reduzidas as construções no Plano Piloto e durante as crises políticas, após a inauguração da capital. Igualmente, o desemprego deve ter estado presente observando-se os dados levantados na pesquisa geográfica de 1971 a respeito da mobilidade da população do DF.¹⁹ Nessa pesquisa, foram caracterizados três grandes correntes migratórias. Na corrente de menor *status* social estavam demarcadas as seguintes características: desempregados ou biscateiros, analfabetos, passagem pela periferia do DF, residência com mais de dez anos de DF, passagem por Anápolis, Goiânia e interior de Goiás, renda menor do que um salário mínimo, existência de menores de 15 anos.

Se essa pesquisa fosse realizada em nossos dias, provavelmente quase todas essas características estariam presentes na população de baixa renda, sobretudo o desemprego, que se constitui em um dos maiores problemas atuais do DF e respectiva área metropolitana.²⁰ Calcula-se que o montante seja superior a 350 mil desempregados, ou 17,7% da PEA, atingindo 222.200 mil no DF (Tabelas 3 e 4) e 130 mil estimados para os núcleos goianos. Nesse conjunto metropolitano, o desemprego deve atingir os baixos estratos das classes sociais, sobretudo os analfabetos, os que procuram emprego há mais de 20 meses, com famílias numerosas, que residem em locais distantes do Plano Piloto. Depreende-se, portanto, que há população com proble-

mas vários, inclusive os alimentares e que, por isso, estejam mais propensos a enfermidades. Em razão das carências alimentares e das condições ambientais, essa população tende a procurar os hospitais públicos do DF, principalmente os do Gama, Taguatinga, Ceilândia, e, logicamente, os grandes hospitais do Plano Piloto. Isso se deve ao fato de que os núcleos goianos não possuem equipamento compatível com as respectivas populações, estimada por alguns como estando próxima do milhão de habitantes.

Pela argumentação acima, depreende-se também que o ambiente urbano nos anéis externos da área metropolitana também se deteriora em razão da quebra dos padrões de saúde pública, saneamento básico e poluição. A imprensa tem noticiado, sobretudo em épocas eleitorais, as precárias condições dos núcleos urbanos esparsos do DF, em termos de abastecimento de água potável, de esgotamento sanitário, coleta de lixo e pavimentação das vias públicas. Tais lacunas facilitam doenças, sobretudo em crianças, afetadas por verminoses e problemas nas vias respiratórias pela conjunção de fatos ambientais como poeira, água contaminada e viroses. Nos dias correntes, há ameaça da dengue, com amplas campanhas públicas para o combate do mosquito *Aedes aegypti*, transmissor da doença.

Retornando ao crescimento populacional do DF, verifica-se o agravamento do quadro urbano em função do descaso com o crescimento da população, que passou de 516.896, em 1970 para 2.051.146, em 2000 (Tabela 2).

Em retrospectiva migratória, Vasconcelos, Ferreira et alii observam que

No Distrito Federal, apesar de ser intensa a imigração para todas as localidades urbanas existentes em 1970, os fluxos representavam características diferenciadas. Para o Distrito Federal como um todo, a principal região de origem dos imigrantes na primeira década após a inauguração da capital foi a região Sudeste, com 41% dos imigrantes, seguida pela região Nordeste, com 32,6%, e pela região Centro-Oeste, com 23,6% (2006).

“A migração é o principal componente demográfico na formação do Aglomerado. Segundo o Censo de 1970, 76% da população residente no Distrito Federal era de pessoas não nativas” (ibid., 2006). Todavia, a migração reduziu-se na composição da população local. Na PNAD de 2004, os imigrantes somavam 51,3% da população ou 1.175.414 habitantes, enquanto que os naturais do DF somavam 1.116.061 ou 48,7% de um total de 2.291.475 habitantes, declararam-se naturais dessa unidade federativa e 51,3%, não naturais. Há, portanto, equilíbrio entre os que migraram e os que nasceram no DF, ao contrário do que acontecia há alguns anos, quando os migrantes tinham preponderância na composição da população local. Com o passar do tempo, mais alguns anos, a população nativa será majoritária no DF, pois as condições de retomada das migrações deverão se atenuar.

Desemprego e cidadania por conquistar

Quanto ao desemprego, recentes pesquisas do Dieese/Seade indicam evidente desem-

prego estrutural no DF, pois o número de desempregados se mantém há muito tempo acima dos 200 mil (Tabelas 3 e 4).

Ainda segundo a Pesquisa Emprego Desemprego, do Dieese/Seade,

Os resultados da Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED-DF – realizada pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Trabalho/GDF, MTE-FAT, Dieese e Fundação Seade/SP, mostram que, em dezembro de 2006, a taxa de desemprego total no Distrito Federal, registrou relativa estabilidade (0,6%) em relação ao mês anterior, passando de 17,8% para 17,7%. Trata-se da menor taxa de desemprego para o mês de dezembro desde 1996. O total de desempregados foi estimado em 222,2 mil pessoas. Na análise por Grupos de Regiões Administrativas, em dezembro de 2006, observou-se retração da taxa de desemprego total do grupo de renda mais alta (14,3%), certa estabilidade no grupo de renda intermediária (-0,6%) e aumento na taxa do grupo de renda mais baixa (1,4%). Em dezembro de 2006, o nível de ocupação apresentou estabilidade, sendo que o contingente de ocupados foi estimado em 1.033,7 mil pessoas. Este desempenho se deveu ao crescimento ocupacional dos setores da Indústria de Transformação (7,9%), da Construção Civil (6,9%) e do Comércio (2,4%), contrabalançado pela queda na Administração Pública (2,8%) e estabilidade no setor de Serviços. Entre outubro e novembro de 2006, o rendimento médio real dos ocupados apresentou aumento de 1,2%, passando de R\$1.376 para R\$1.392. O rendimento médio real dos

Tabela 3 – PEA e desemprego em seis metrópoles brasileiras – 2004/05/06

Cidade	PEA dez/04(1)	Ocupados dez/04	Desempregados				
			dez/04	%	dez/05(2) %	dez/06(3)	%
Brasília (DF)	1.164	920	243	20,9	17,8	222	17,7
Belo Horizonte	2.359	1.904	455	19,3	15,4	293	11,6
Porto Alegre	1.807	1.520	287	15,9	13,7	244	12,9
Recife	1.550	1.192	358	23,1	21,4	328	20,2
Salvador	1.692	1.261	431	25,5	23,2	397	22,3
São Paulo	9.941	8.082	1.859	18,7	15,8	1.443	14,2

Fontes:

1 – Dez/04: Dieese (2005, p. 116).

2 – GDF/Seade/Dieese (2005).

GDF/Seade/Dieese (2005).

3 – Dieese (2007).

Tabela 4 – PEA, emprego/desemprego no DF – 2005/05/06

	jul/2004(1)	dez/2005	dez/2006(2)
População econ. ativa	1.188,7	1.230,9	1.255,9
Ocupados	959,8	1.012,0	1.033,7
Desempregados			
Total	228,9	218,9	222,2
Total %	19,3	17,8	17,7
Aberto %	11,9	11,9	10,2
Oculto p/trab. precário %	4,2	3,2	4,5
Oculto - desalento %	3,2	2,7	3,0

Fontes:

1 – GDF/Seade/Dieese (2005).

2 – Dieese (2007).

assalariados cresceu (2,0%), passando de R\$1.605 para R\$1.637. (2007)

Os dados do Dieese/Seade, juntamente com os do IBGE, são divulgados mensalmente pelos órgãos de imprensa, principalmente os jornais diários. Agregam às notícias as contradições existentes entre os escalões mais altos do funcionalismo, bem remunerados e o mundo dos trabalhadores braçais. Em outubro de 2006, por exemplo, divulgava-se que “Congresso quer subir salário para R\$24.500,00” e “Plano para dobrar salários”,

dos congressistas. Enquanto isso, o governo federal lança o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), vislumbrando um aquecimento da economia e a geração de empregos. Foi assim que José Pastore (2007) interpretou os propósitos governamentais contidos no referido plano: “Só na construção civil, pode-se esperar a geração de 450 mil empregos em 2007 e quase um milhão em 2008. [...] Em suma, o quadro é promissor”. Contudo, o autor avalia, criticamente, que “tudo vai depender do gerenciamento e da superação das contradições da estratégia traçada pelo próprio

governo na construção do PAC". Todavia, no mesmo jornal e data, matéria de Mariana Flores constata o mau desempenho do governo e da economia na geração de empregos, quando, em 2006, "apenas 21.700 postos de trabalho foram criados na capital", concluindo que o "desemprego assola Brasília". Utilizando dados de outras fontes, outras reportagens mostram, comparando os anos de 2005 e 2006, que o cenário de desemprego, é desanimador. Trabalhando com pesquisa da Federação das Indústrias de Brasília (Fibra), Luciana Navarro constata que "depois de crescer 11% em 2005, indústria do DF avançou somente 3,24% em 2006. O número de postos de trabalho caiu 2,2%". Por sua vez, Luiz Osvaldo Grossmann, utiliza dados do IBGE para chegar à mesma conclusão: o desemprego tem aumentado. "A taxa (de desemprego), que foi de 8,4% em dezembro (de 2006), subiu para 9,3% [...] A dispensa de trabalhadores foi expressiva e atingiu cerca de 240 mil brasileiros", embora conclua que, no plano geral, há 20,5 milhões de brasileiros empregados, ou algo como 2,6% maior que o desempenho de janeiro de 2006, nas seis regiões pesquisadas, que não inclui Brasília.

No tocante à capital, se formos observar o que consta no Plano Piloto do urbanista Lúcio Costa, verificaremos que nele se delineou, de modo sumariado, o pensamento para uma cidade mais justa e igualitária. Foi elaborado como um projeto de esperança, encaminhado na direção da justiça social e da equidade socioespacial. Mas o acontecido foi algo bem diverso e, conforme se observa na análise do Dieese/Seade, o aumento dos postos de trabalho, nos dois últimos anos, não cor-

respondeu ao incremento na PEA, mantendo-se a taxa de desemprego em patamar elevado, próximo aos 18% (Tabelas 3 e 4). Por isso, sem acesso às fontes de atividade, o trabalhador vê frustradas as esperanças de ascensão social e fortalecimento da cidadania. Portanto, ao se reduzirem as possibilidades de trabalho, os cidadãos passam a ter menor direito à cidade e àquilo que ela apresenta em termos de bens materiais e espirituais, de uso coletivo.

Constata-se que o direito à cidade somente será efetivo quando a sociedade se conscientizar a respeito do papel das forças sociais na conquista do espaço urbano e a totalidade de seu conteúdo, em termos apropriação dos bens e serviços constituídos com o esforço social. Em outras palavras, a democratização do espaço urbano vai acontecer quando as forças sociais conquistarem a cidade, ensejando que essa apropriação não seja apenas dos privilegiados. Por isso, advogamos que a cidadania seja conquistada pelos migrantes que optaram por viver no DF e nele depositaram sua confiança de futuro melhor. Nesse caso, cidadania será assumida sem adjetivações do gênero "cidadania plena", "completa" e outros, porquanto não se admite meia cidadania, assim como não se quer meia democracia. Cidadania e democracia não admitem adjetivações, *tout court*. Todavia, desventuradamente, sabe-se que o desemprego se constitui na face cruel da falta de democracia, pois denota que o trabalho não foi equânime distribuído para todos, bem assim a cidadania não foi conquistada pela totalidade dos urbanitas, nem que o trabalho dos assalariados esteja recebendo pagamento justo e equânime.²¹ É justamente

dessas contradições absorvidas como “normais” ou dentro das normas constitucionais que surgem ilhas de bem-estar urbano e a constelação escurecida das favelas, a materialização escarrada da falta de democracia no meio urbano. Urge que os governos constituídos, bafejados por ampla votação nas urnas em outubro de 2006, sejam suficientemente corajosos para contrariar a ambição dos que têm sido amparados por secular domínio político e econômico. Não que tudo possa ser resolvido pelos governos, já que uma parte importante da sociedade, constituída pela classe abastada e mesmo os denominados “formadores de opinião”, não enseja mudanças em seus privilégios, acumulação e concentração de riquezas. Há quase 40 anos, pontificava Myrdal (1970, p. 31) que

[...] raramente, alguma vez, na história deste mundo, os privilegiados meramente por bondade ou sabedoria abriram mão de vantagens em escala substancial para os desprivilegiados.

Considerações Finais

Nesse panorama sociopolítico e econômico, migrações e desemprego acarretam prejuízos para desempregados e migrantes. Nas idas e vindas por empregos ou por novos lugares de residência ocorrem desperdícios de mão-de-obra e danos para economia pela carga a ser suportada pelos desocupados em disponibilidade e por órgão de seguridade social. Assim, desperdícios e encargos sociais representam um peso para a sociedade.

Além disso, há que considerar que ambos os processos, o migratório dos desfavorecidos e o desemprego estrutural acabam por ter vínculos estreitos com a configuração injusta do espaço urbano no Brasil e, em especial, em Brasília. Portanto, no Brasil e em Brasília de 2007, essas questões parecem ser cruciais para a mudança das estruturas que mantêm e perpetuam a pobreza, na procura de mecanismos capazes de promover as transformações estruturais a caminho do desenvolvimento com justiça social.

Em vista desse esboço, qual a perspectiva para Brasília e seus habitantes? Numa avaliação pessimista, teríamos o agravamento da violência, da apartação, com exclusão socioeconômica, com o aumento da desigualdade social na distribuição de bens e serviços urbanos, comparando-se o centro com as cidades-satélites. Haverá continuada representação nos legislativos por deputados e senadores amparados por empresas e partidos de aluguel, transformando-se em lobistas, praticando abertamente o nepotismo e mantendo situações de corporativismo e impunidade. Por isso, os maus políticos se manteriam pouco afeitos a uma atuação justa, democrática e ética. Numa perspectiva otimista, passaríamos por uma mudança em direção à distribuição da qualidade de vida em todo o território, com um padrão mais igualitário de apropriação da cidade por toda a escala de construtores urbanos, resultante de um esforço para a inclusão, como definido por Cristóvam Buarque (2001, p. 189): “inclusão social é o processo pelo qual um indivíduo excluído dá o salto social que lhe proporciona acesso, no mínimo, aos bens essenciais”.

Faz-se necessário eleger para os legislativos políticos comprometidos com a qualidade de vida democraticamente efetiva para a totalidade da população. Para que essa mudança ocorra, há necessidade de se elevar o padrão ético de conduta de políticos e empresários. Esses agentes públicos irão propugnar por “cortar na própria carne”, expurgando dos legislativos os que cometeram desvios e delitos, acabando, com isso, a impunidade. No âmbito da organização do território do DF, descentralizar todas as novas estruturas urbanas que criam novos postos de trabalho, tornando as atividades mais próximas das cidades-satélites. Com essa descentralização virá a valorização dos espaços que serviram para abrigar antigos favelados, inquilinos de fundo de lotes e todos os que migraram sem condições de

evoluir socialmente na origem. Com distribuição mais igualitária das riquezas – bens e equipamentos – serão pavimentadas as vias para uma cidade mais justa, com menores taxas de criminalidade e violência, próxima do que imaginaram inicialmente os fundadores da capital.

A tríade merecedora de planos de longo prazo se liga à geração de atividades para a criação de novos postos de trabalho; educação para elevar a auto-estima e a dignidade dos jovens e habitação para os que se abrigam em condições subumanas nas favelas e lixões. Almeja-se que todas as instâncias governamentais implantem programas efetivos para ensejar a quebra das hegemonias políticas e econômicas, atendendo aos pobres excluídos naquilo que é sua grande conquista: espaço urbano, em toda sua totalidade.

Aldo Paviani

Professor Emérito da Universidade de Brasília; geógrafo, livre docente/doutor em Geografia Urbana; professor titular, aposentado, e pesquisador associado do Departamento de Geografia e do Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais da Universidade de Brasília (Distrito Federal, Brasil).
paviani@unb.br

Notas

- (1) A respeito de municípios que ganham e municípios que perdem população, ver trabalho de Bremaeker (1992) e o de Vasconcelos, Ferreira et alii (2006).
- (2) A denominação “Entorno” foi cunhada para designar o conjunto urbano formado por municípios que compõem com a capital a Área Metropolitana de Brasília (AMB). Preferimos não designar esse conjunto como Entorno para evitar que seja confundido com “periferia”: ambos portadores de boa dose de preconceito e discriminação. Ademais, designá-los como componentes de área metropolitana induz a uma desejável inclusão socioeconômica com salutar efeitos no desenho de políticas públicas urbano-regionais esperadas pelos governos do DF e de Goiás.

- (3) Sobre o papel do BNH, ver trabalho de Stumpf e Santos (1996).
- (4) No bojo de ampla pesquisa sobre a mobilidade da população no DF, Ignez Costa Ferreira e Aldo Paviani publicaram diversos artigos (ver 1973).
- (5) Além do IBGE, levantamentos mensais, continuados, da situação do emprego são conduzidos pelo sistema Seade/Dieese em algumas capitais brasileiras. São contempladas as cidades de Salvador, Recife, Belo Horizonte, Porto Alegre, São Paulo e Brasília.
- (6) A respeito das lacunas de trabalho ver de Paviani (1991 e 2005a).
- (7) Este tópico inclui, em parte, o artigo de Paviani (2004).
- (8) No sítio escolhido pela comissão de transferência para implantar a capital havia duas localidades: a nordeste, Planaltina e a noroeste, a vila de Brazlândia, pertencente ao município de Luziânia (Goiás).
- (9) Diminutivo aplicado ao prédio de madeira construído em fins de outubro de 1956, em alusão ao Palácio do Catete, sede da presidência da república até a transferência da capital do Rio de Janeiro para Brasília, em 21/4/1960.
- (10) Estudo das fases iniciais encontra-se em Paviani (1976, pp. 56-57). O IPEA (2001) delimitou três períodos, ao descrever o processo de formação do aglomerado urbano de Brasília. Para um sumário de periodizações ver Panerai (2006, p. 170).
- (11) A questão das condições de trabalho é analisada por Ribeiro (1991) e por Bicalho de Sousa (1997).
- (12) A atuação da GEB em acampamento da vila Planalto, mais conhecido como a “chacina da Pacheco Fernandes”, onde houve mortes, não foi completamente esclarecida. O fato é tratado, entre outros, por Gustavo Lins Ribeiro em sua dissertação de mestrado (1991, p. 44).
- (13) Tabela extraída de Paviani (1976, p. 57).
- (14) Os municípios goianos são: Luziânia, Cidade Ocidental, Valparaizo de Goiás, Novo Gama, Santo Antônio do Descoberto, Águas Lindas, Padre Bernardo, Planaltina de Goiás e Formosa.
- (15) O GDF manteve-se bastante omissivo na questão dos loteamentos ilegais, apesar de a Câmara Legislativa ter criado uma CPI em 1995. O relatório da CPI, com 530 páginas, apresenta recomendações aos três poderes do DF para medidas necessárias para coibir loteamentos “clandestinos e irregulares”. Ao final, mapas de condomínios e áreas griladas concluem o exaustivo trabalho dos deputados da Câmara Distrital.
- (16) Diferentemente de outras metrópoles, o aglomerado da capital é disseminado no território e é constituído por núcleos urbanos avantajados, denotando segregação socioespacial. Para cotejar Brasília com outros centros urbanos, ver a revista *Espaço&Debates*, v. 42, de 2001, que trata especificamente da periferia revisitada e o v. 24, n. 45, de 2004, da mesma revista, em que a segregação urbana é abordada sob o ponto de vista teórico e empírico.
- (17) Estudos críticos a respeito da segregação e exclusão socioespacial podem ser encontrados em Campos (1991) e em outros trabalhos contidos na coletânea “Brasília: Moradia e Exclusão”.
- (18) Uma análise crítica ao pensamento modernista encontra-se em Bicca (1985, pp. 101-133).
- (19) Ver de Ferreira e Paviani (1973).

- (20) Temos insistido no fato de que existe, funcionalmente, uma Área Metropolitana de Brasília (AMB), composta pelos núcleos urbanos de Brasília e aqueles existentes além dos limites do DF, como Luziânia, Formosa, Águas Lindas, Valparaíso, Novo Gama, Cidade Ocidental, Santo Antonio do Descoberto, Planaltina de Goiás, Padre Bernardo e respectivos bairros e loteamentos.
- (21) Para o baixo escalão salarial, em fevereiro de 2007, o Salário Mínimo (SM) era de R\$350,00 – devendo ser de R\$380,00 a partir de abril. Todavia, os funcionários de alto padrão (congressistas e membros do judiciário) estabeleceram polêmica ao proporem salários mensais que deverão ficar entre R\$24.500,00 e R\$30.300,00. Constata-se que, enquanto privilegiados ganham 70 salários mínimos em um mês, no primeiro caso e 87, no segundo. Operário de SM deverá trabalhar entre 5 e 7 anos para auferir os mesmos ganhos mensais dos altos funcionários da República.

Referências

- BICALHO DE SOUSA, N. H. (1997). “O canteiro de obras em Brasília: um espaço de produção, sociabilidade, submissão e resistência”. In: NUNES, B. F. *Brasília: a construção do cotidiano*. Brasília, Ed. Paralelo 15.
- BICCA, P. (1985). “Brasília: mitos e realidades”. In: PAVIANI, A. *Brasília, ideologia e realidade – espaço urbano em questão*. São Paulo, Ed. Projeto/CNPq.
- BREMAEKER, F. E. J. de (1992). *Implicações dos movimentos migratórios nos municípios no período 1980-1991*. VIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Vol. 3. Meio-Ambiente – Migração – Emprego. *Anais...* São Paulo, Abep.
- BUARQUE, C. (2001). *Admirável mundo atual – Dicionário pessoal dos horrores e esperanças do mundo globalizado*. São Paulo, Geração Editorial.
- CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL (1995). *CPI da Grilagem – Relatório Final*. Brasília, CLDF.
- CAMPOS, N. (1991). “A segregação planejada”. In: PAVIANI, A. (org.) *A conquista da cidade: movimentos populares em Brasília*. Brasília, Ed. UnB.
- CORIAT, B. (1989). *A Revolução dos robôs: impacto socioeconômico da automação*. São Paulo, Ed. Busca Vida.
- CORREIO BRAZILIENSE (2007). “Congresso quer subir salário para R\$24.500,00” (capa).
- DIEESE (2005). *Anuário dos Trabalhadores*, São Paulo.
- ____ (2007). *Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED/DF – Resultados: dez/2006*. Disponível em: <http://www.dieese.org.br>. Acesso em: 24/2/2007.
- FERREIRA, I. C. B. (1997). *Espaço, poder e cultura na gestão do território*. 5º Encontro Nacional de Geografia Urbana. Mesa Redonda: Espaço, Poder e Cultura. *Anais...* Salvador-Bahia. Associação de Geógrafos Brasileiros.

- FERREIRA, I. C. B. e PAVIANI, A. (1973). As correntes migratórias para o Distrito Federal. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 35, n. 3, pp. 133-162.
- FERREIRA, I. C. B. e PENNA, N. A. (1996). "Brasília: novos rumos para a periferia". In: PAVIANI, A. (org.). *Brasília: moradia e exclusão*. Brasília, Ed. UnB.
- FERREIRA, I. C. F. e STEINBERGER, M. (2005). O modelo de gestão de Brasília e as políticas urbanas nacionais. *Cadernos Metrópole – Desigualdade e Governança*. São Paulo, v. 14.
- FLORES, M. (2007). Desemprego assola Brasília. *Caderno Economia do Correio Braziliense*. 1º/2/2007.
- GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL/SEDUH (2002). *Projeção da população das regiões administrativas do Distrito Federal – 2001-2005*. Brasília. SEDUH.
- _____ (2005). *Pesquisa de emprego e desemprego no Distrito Federal. Resultados: dez. 2005*. GDF/Seade/Dieese.
- _____ (2006). *Pesquisa de emprego e desemprego no Distrito Federal. Resultados: junho/2006*. GDF/Seade/Dieese.
- _____ (2007). *Pesquisa de emprego e desemprego no DF – PED-DF, setembro de 2006*. Disponível em: <http://www.dieese.org.br>. Acesso em: 14/2/2007.
- GROSSMANN, L. O. (2007). Desemprego aumenta. *Correio Braziliense*. Caderno Economia, 23/2.
- IBGE (1957). *1º Recenseamento de Brasília*. Rio de Janeiro, IBGE.
- IBGE (1959). *Censo experimental de Brasília*. Rio de Janeiro, IBGE.
- _____ (1969). *Brasília*. Rio de Janeiro, IBGE.
- _____ (2000). *Censo Demográfico*. Rio de Janeiro, IBGE.
- _____ (2004). *PAD*. <http://www.ibge.gov.br>
- IPEA (2001). *Gestão do uso do solo e disfunções do crescimento urbano: instrumentos de planejamento e gestão urbana: Brasília e Rio de Janeiro*. IPEA, USP, UnB, UFRJ. Brasília, IPEA.
- MYRDAL, G. (1970). *Subdesenvolvimento*. Brasília, Coordenada–Editora de Brasília.
- NAVARRO, L. (2007). Frustração em Brasília. *Correio Braziliense*. Caderno Economia, 17/2/2006.
- NERU (2001). *Periferia revisitada*. Espaço & Debates, v. 42.
- _____ (2004). *Segregações urbanas*. Espaço & Debates, v. 24, n. 45.
- PANERAI, P. (2006). *Análise Urbana*. Brasília, Ed. UnB.
- PASTORE, J. (1969). *Brasília: a cidade e o homem, uma investigação sociológica sobre os processos de migração, adaptação e planejamento urbano*. São Paulo, Ed. Nacional/Ed. da USP.
- _____ (2007). PAC: empregos à vista. *Correio Braziliense*. Caderno Opinião, 1º/2/2007.
- PAVIANI, A. (1976). *Mobilidade intra-urbana e organização espacial: o caso de Brasília*. Brasília, Tese de Livre-Docência.
- _____ (1985). "A metrópole terciária". In: PAVIANI, A. (org.). *Brasília, ideologia e realidade. Espaço urbano em questão*. São Paulo, Projeto.

- PAVIANI, A. (1989). "Processo de periferização e pobreza urbana". In: Paviani, A. *Brasília: a metrópole em crise. Ensaio sobre urbanização*. Brasília, Ed. UnB.
- _____. (1991). "A construção injusta do espaço urbano". In: Paviani, A. (org.). *A conquista da cidade: movimentos populares em Brasília*. Brasília, Editora da UnB.
- _____. (1993). *Migração, trabalho e moradia em Brasília*. V Semana Universitária da UnB, de 26/4 a 2/5/1993 (mimeo).
- _____. (2004). "Brasília: que futuro?". *Correio Braziliense*. Caderno especial de aniversário, 21 de abril, p. 12.
- _____. (2005a). "Ambiente urbano com desemprego". In: PAVIANI, A. e GOUVÊA, L. A. (orgs.). *Brasília: controvérsias ambientais*. Brasília, Ed. UnB.
- _____. (2005b). "A violência do desemprego". In: PAVIANI, A., FERREIRA, I. C. B. e BARRETO, F. (orgs.). *Brasília. Dimensões da violência urbana*. Brasília, Ed. UnB.
- PINHEIRO DO NASCIMENTO, E. (1997). "Globalização e exclusão social: fenômenos de uma nova crise da modernidade". In: DOWBOR, L., IANNI, O. e RESENDE, P-E A. (orgs.). *Desafios da globalização*. 4 ed. Petrópolis, Vozes.
- RIBEIRO, G. L. (1991). "Acampamento de grande projeto, uma forma de imobilização da força de trabalho pela moradia". In: PAVIANI, A. *A conquista da cidade: movimentos populares em Brasília*. Brasília, Editora da UnB.
- SANTOS, M. (1979). *O espaço dividido. Os dois circuitos da economia urbana dos países sub-desenvolvidos*. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves.
- _____. (1985). *Espaço e método*. São Paulo, Hucitec.
- _____. (1987). *O espaço do cidadão*. São Paulo, Hucitec.
- _____. (1996). *A Natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo, Hucitec.
- SILVA, E. (s/d). *História de Brasília*. Brasília. Coordenada-Editora de Brasília.
- STEINBERGER, M. (1999). "Formação do aglomerado urbano de Brasília no contexto nacional e regional". In: PAVIANI, A. (org.). *Brasília – Gestão urbana: conflitos e cidadania*. Brasília, Ed. UnB.
- STUMPF, R. e SANTOS, Z. M. (1996). 'Habitação: novos enfoques e perspectivas. In: VASCONCELOS, A. (1988). *As cidades satélites de Brasília*. Brasília, Gráfica do Senado.
- VASCONCELOS, FERREIRA et alii (2006). *Da utopia à realidade: uma análise dos fluxos migratórios para o aglomerado urbano de Brasília*. XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP. Anais... Caxambu - MG - Brasil, de 18 a 22 de setembro de 2006.

Recebido em Fev/2007
Aprovado em abr/2007

